



Universidade Eduardo Mondlane



Departamento de Sociologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Licenciatura em Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

**PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE RECLUSOS: O caso da cadeia feminina de
Ndlavela**

Autora: Safiana António Pinto

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos de obtenção do grau
de Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor:

Dr. Book Sambo

Maputo, Abril de 2016

1

Safiana Pinto. Processo de Ressocialização de reclusos: o caso da Cadeia Feminina de Ndlavela. Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos de obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Abril de 2016.

Processo de ressocialização de reclusos: o caso da cadeia feminina de Ndlavela

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

Autora: Safiana António Pinto

Maputo, Abril de 2016

Processo de ressocialização de reclusos: o caso da cadeia feminina de Ndlavela

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Safiana António Pinto

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Supervisor: Dr. Book Sambo

Maputo, Abril de 2016

O Júri

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

(Dr. Book Sambo)

(Dr. Cândido Chume)

(Dr. Baltazar Muianga)

Maputo, Abril de 2016

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, SAFIANA ANTÓNIO PINTO declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada para obtenção de nenhum grau académico e que a mesma é resultado de minha investigação pessoal, estando indicadas no texto a bibliografia e as fontes de informação que utilizei para sua elaboração.

Maputo, Abril de 2016

(Safiana António Pinto)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à minha mãe biológica, Matilde Uamba (em memória) por me ter gerado, infelizmente partiu muito cedo deste mundo e não viveu para ver sua filha chegar onde chegou, mas estás sempre viva em meu coração.

E a você Welcy Bila, meu filho por quem me empenho todos os dias da minha vida, esperando merecer seu orgulho, e ser seu exemplo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus pela vida e saúde que me concede, bem como pela força que me dá para seguir meus objetivos e sonhos.

Aos meus pais, António Pinto Fraca e Ludovina João por terem cuidado de mim e sempre se dedicando para que não me faltasse educação, e aos meus irmãos Rainha, Pio e Miguel.

Ao meu marido Teles Daniel Bila pelo incentivo e compreensão ao longo da realização deste trabalho. Ao meu filho Welcy Teles Bila, meu filhote que veio no momento que eu menos esperava mas que ainda assim foi e continua sendo uma bênção na minha vida.

Ao corpo de docentes do departamento de sociologia, em especial ao Dr. Book Sambo que dispensou seu tempo e saber para a realização deste trabalho.

Às minhas vizinhas tia Victória, tia Antónia e tia Teresa (minha madrinha), por terem ajudado a cuidar do meu filho, para que eu não faltasse à faculdade.

Aos funcionários e reclusas da cadeia feminina de Ndlavela que me receberam com carinho e simpatia, bem como as ex-reclusas e aceitaram participar da pesquisa, vocês tornaram possível este trabalho.

À todos os estudantes da turma de sociologia 2012-2015, mais do que colegas fomos uma família, em especial as minhas amigas Lina, Nilza e Verónica sem vocês esses quatro anos teriam sido insuportáveis.

E por fim, à todos amigos e familiares que de forma directa e indirecta apoiam e incentivam minha formação.

À todos vocês o meu sincero KHANIMAMBO!

RESUMO

O presente trabalho é subordinado ao tema: processo de ressocialização de reclusos: o caso da cadeia feminina de Ndlavela. E como sugere o tema, teve como campo de recolha de dados a penitenciária especial de mulheres, mais conhecida como cadeia feminina de Ndlavela, onde procurou-se perceber tudo o que é feito pela instituição, de modo a reabilitar as mulheres em conflito com a lei, que constituem o objecto desse processo.

A pesquisa foi de carácter qualitativo, tendo sido usadas como técnicas de recolha de dados, a observação directa e entrevistas semi-estruturadas; dessa forma foi possível verificar as actividades que as reclusas são ensinadas e até obrigadas a executar, de modo a que elas possam aprender algo com a passagem pela instituição prisional, uma vez que parte-se do princípio de que esse processo visa reabilitar as reclusas de modo à que elas mudem seu comportamento e não reincidam no mundo do crime. E quanto às entrevistas, estas foram feitas à 14 mulheres que já passaram pelo processo de ressocialização na cadeia feminina de Ndlavela, isto é, ex-reclusas que falaram sobre sua experiencia aquando de sua estadia na prisão, o que aprenderam e como isso contribuiu para sua reintegração social.

A pesquisa teve como orientação teórica, a abordagem de Erving Goffman sobre instituições totais. Uma vez que verificou-se que a instituição em causa, apresenta todas as características de uma instituição total apresentadas por Goffman, e desempenha o papel de contribuir na mudança da personalidade dos indivíduos, o que Goffman chama de mortificação do “eu”, transformando indivíduos criminosos em não criminosos.

Com a pesquisa concluiu-se que o processo de ressocialização de reclusos da cadeia feminina de Ndlavela é eficaz, e isso conjugado ao facto de as mulheres não enfrentarem muitas dificuldades de reintegração social, no seio familiar e no mercado laboral, contribui para os baixos níveis de reincidência que se verificam na cadeia feminina de Ndlavela.

Palavras-chave: prisão, ressocialização e reincidência.

ABSTRACT

The present work is the theme: process of resocialization of prisoners: the case of female chain of Ndavela. And as suggested by the theme, had as field data collection special penitentiary of women, better known as women's Ndavela chain, where we tried to figure out everything that is made by the institution in order to rehabilitate women in conflict with the law, which are the subject of this process.

The study was qualitative character, not having obeyed no statistical rigor, and were used as data collection techniques, the direct observation and semi-structured interviews; in this way it was possible to check the activities that the inmates are taught and even forced to run, so that they can learn something from passing through the prison institution, since it is assumed that this process way to rehabilitate the prisoners so that they change their behavior and no further infringement on the world of crime. What about the interviews, these were made to 14 women that have been through the process of resocialization in jail women's Ndavela, i.e. ex-recluses that talked about your experience during your stay in prison, what they learned and how it contributed to their social reintegration.

The study had as theoretical orientation, the approach of Erving Goffman total institutions. Once it was found that the institution concerned, presents all the characteristics of a total institution presented by Goffman, and plays the role to contribute in changing the personality of the individual, what Goffman calls of mortification of "I", transforming individuals criminals not to felons.

With study concluded that the process of resocialization of convicts women's Ndavela chain is effective, and this in conjunction to the fact that women do not face many difficulties in social reintegration, within the family and in the labour market, contributes to the low levels of recidivism that occur in women's Ndavela chain.

Keywords: prison, rehabilitation and recidivism.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

IPAJ- Instituto Público de Assistência Jurídica

SERNAP- Serviço Nacional Penitenciário

LISTA DE TABELAS

Nº de tabela	Identificação	Pag.
Tabela 1	Conceito de prisão	22
Tabela 2	Conceito de ressocialização	23
Tabela 3	Conceito de reincidência	23
Tabela 4	Identidade social das entrevistadas	35

Índice

DECLARAÇÃO.....	I
DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
INTRODUÇÃO	13
1 REVISÃO DE LITERATURA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.1 Formulação do problema de partida	27
1.2 Hipóteses	28
1.2.1 Variáveis	29
1.2.2 Relação entre variáveis:	29
2 OBJECTIVOS	30
2.1 Objectivo geral	30
2.2 Objectivos específicos	30
3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	31
3.1 Teoria base.....	31
3.2 Definição e operacionalização de conceitos.....	32
3.3 Modelo de análise.....	35
4 METODOLOGIA.....	37

4.1	Método de abordagem	37
4.2	Método de procedimento	38
4.3	Técnicas de recolha de dados	38
4.4	Amostra (grupo alvo)	39
4.5	Colecta de dados.....	39
5	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	40
5.1	Descrição do recinto de observação	40
5.2	Actividades desenvolvidas na Prisão.....	41
5.3	A convivência.....	43
5.4	Trabalho da acção social	43
5.5	Perfil das entrevistadas	43
5.6	Dados socio-demográficos das entrevistadas:	44
5.7	Resultados.....	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	BIBLIOGRAFIA.....	52
	ANEXO.....	55

INTRODUÇÃO

Não constitui novidade a discussão sobre processos de ressocialização de reclusos. Essa pesquisa encontra-se dentro do assunto criminalidade e dentre os vários temas que essa área de interesse oferece, a pesquisa que se apresenta aborda a cerca do processo de ressocialização das reclusas da penitenciária especial de mulheres (cadeia feminina de Ndlavela). Tendo em vista compreender de que forma a instituição prisional, contribui na ressocialização de mulheres que encontram-se em conflito com a lei e em situação de reclusão.

Tendo em conta que a cadeia constitui uma instituição total com regras internas próprias, torna-se interessante compreender como é que as reclusas internalizam essas regras de modo a orientar suas acções no seu quotidiano no interior do recinto prisional, de modo a que possa haver sucessos nesse processo, sem esquecer que a vida no interior de uma instituição total pressupõe que os indivíduos tenham uma espécie de carreira moral.

Essa pesquisa pretendeu demonstrar que, o processo de ressocialização das reclusas na penitenciária especial de mulheres satisfatório, na medida em que procura satisfazer as expectativas da sociedade, criando condições para que haja baixo nível de reincidência feminina, conforme constatado durante uma visita ao recinto prisional em causa, porém não se acomodando a uma única visão, pretendeu-se verificar o grau de tal eficácia, atendendo e considerando que, a não reincidência não depende apenas do processo em si no interior da prisão, mas também das condições que as ex-reclusas encontram para sua reintegração na sociedade após cumprida a sua pena.

Portanto, tornou-se importante descrever as actividades promovidas pela instituição prisional, de modo a desenvolver nas reclusas capacidades que lhes dêem melhores alternativas laborais, de modo a afastarem-se do mundo do crime e facilitarem sua melhor reinserção na sociedade, após o cumprimento de suas penas. Portanto, essa pesquisa pretendeu buscar dados empíricos, que sustentassem sua oposição aos que tendem a ver a cadeia como uma escola de aprendizagem de novas técnicas de crime, e mostrar que a

cadeia pode constituir sim um local de ressocialização, uma oportunidade de aprendizagem de novas formas de ganhar a vida e viver em sociedade, e constitui também espaço de oportunidade de mudança da personalidade do criminoso.

Aquando da revisão de literatura observou-se que a literatura existente tende a considerar a cadeia como não sendo capaz de cumprir com aquilo que é considerado seu papel fundamental, que é o de reabilitar indivíduos criminosos, isto é, fazer com que os indivíduos aprendam a viver em sociedade, sem transgredir as regras, por outras palavras o fim último da prisão é a ressocialização, entretanto, os autores que abordam esta temática afirmam que a prisão está longe do cumprimento dessa tarefa.

Nessa perspectiva encontra-se Giddens (2008), que olha para a prisão como um local onde criminosos menos experientes entram em contacto com outros indivíduos mais experientes nessa área, dos quais aprendem novas técnicas de cometimento de crimes ainda mais pesados optando ele em chamar a prisão de “universidade do crime”; para Giddens (2008), o princípio subjacente ao sistema prisional é o de contribuir para “melhorar” o indivíduo de forma à que este possa ter um papel decente na sociedade, depois de sair em liberdade. Não obstante, ele sustenta que os indivíduos em situação de aprisionamento, não apenas são privados de liberdade, mas também de um rendimento apropriado, da companhia dos seus familiares e amigos, de relações heterossexuais, das suas roupas e seus objectos pessoais.

Assim como vivem com frequência em lugares apinhados, e têm de aceitar procedimentos disciplinares severos e a regulamentação de suas vidas diárias; e a vida nessas condições, segundo Giddens (2008), tende a desenvolver uma barreira entre os detidos e a sociedade exterior, ao invés de ajustar o comportamento dos prisioneiros às normas da sociedade. Este autor defende que, os hábitos e atitudes que aprendem na prisão, são muitas vezes o oposto do que deveriam adquirir, e isso pode desenvolver no seio dos indivíduos, uma aversão contra cidadãos comuns, aprender a aceitar a violência como algo normal, adquirir contactos com criminosos experimentados que mantêm depois de cumprida a pena, e desenvolver dotes para o crime que anteriormente não possuíam.

Ainda na mesma vertente, pode citar-se Sá (2008), que considera que a prisão esta longe do cumprimento da sua tarefa de ressocializar o indivíduo, porque os indivíduos vivenciam na prisão um código de conduta e valores completamente diferentes dos que são vivenciados fora da prisão, valores esses que privilegiam lealdade e fidelidade entre os prisioneiros. Santos (2010), também olha a prisão da mesma forma considerando que esse sistema não reabilita o preso, pelo facto destes serem humilhados e violentados, e sua dignidade e seus direitos não são preservados e conseqüentemente o individuo sente-se lesado e revoltado com o sistema e isso faz com que esse processo seja ineficaz.

Esse trabalho focalizou a questão da reincidência criminal, que deriva do processo de ressocialização que foi vivenciado pelas ex-reclusas na cadeia feminina de Ndlavela. No contexto da reincidência segundo Julião (2010), existem duas perspectivas de análise sobre este assunto. De acordo com Eusébio (s/d) a primeira é inerente a factores internos que corresponde as acções desenvolvidas na prisão para a reabilitação social dos reclusos; e, a segunda análise toma em consideração os factores externos, trata-se de uma pluralidade de factores sociais económicos e até políticos e culturais, que são determinantes para o enraizamento da criminalidade na sociedade.

Essa pesquisa pretendeu buscar tanto os factores internos como externos, que condicionam os níveis de reincidência criminal na cadeia feminina de Ndlavela. Tendo em conta que de acordo com a literatura consultada, a cadeia é uma casa de horrores, em que os indivíduos ao invês de terem a oportunidade de mudar de comportamento de modo a sair do mundo do crime, acabam adquirindo novas técnicas de cometimento de crime, isso explica os altos níveis de reincidência que se verificam nas instituições prisionais. Na realidade moçambicana escasseam estudos sociológicos que abordam a questão da reincidência criminal, mais concretamente no que concerne ao caso das mulheres. Entretanto, a pertinência sociologica deste trabalho centra-se no facto de pretender trazer uma contribuição, no debate pesquisas sobre a reincidência criminal no universo feminino.

Essa pesquisa foi efectuada, na penitenciária especial de mulheres ou simplesmente, cadeia feminina de Ndlavela e nos locais onde foi possível encontrar as ex-reclusas das quais pretendeu-se colher informações (ou dados) que sustentassem o argumento da pesquisa. A escolha desse local (cadeia feminina de Ndlavela), como espaço de pesquisa é orientada pelo facto de se ter constatado o baixo nível de reincidência que se verifica no interior desta instituição, pois aquando da visita exploratória que foi efectuada à esta instituição prisional, em Janeiro de 2015, obteve-se informação de que não havia reincidentes. Porém na visita para recolha de dados que se deu dez meses (Novembro de 2015), depois constatou-se que de um universo de 151 reclusas apenas 1 (uma) era reincidente. Isso acontece porque a realidade social é dinâmica e não estática, daí que esses números poderão ter sido alterados mesmo depois da divulgação da pesquisa.

O grupo alvo, ou seja, o grupo de informantes que tornaram possível a pesquisa, foi um total de 14 mulheres ex-reclusas que cumpriram suas penas por diversos motivos na penitenciária especial de mulheres, as quais uma parte fora indicada pela instituição e os agentes que trabalham no departamento de acção social da instituição em causa, e outras foi possível encontra-las através da técnica de bola de neve.

Com a implementação da pesquisa, pretendeu-se verificar como é que o processo de ressocialização que se dá dentro da cadeia feminina de Ndlavela, influencia na não reincidência das mulheres no mundo do crime, perceber a realidade da cadeia, não obstante a literatura pretender caracterizar de forma negativa a prisão, o que toma-se como algo questionável.

Quanto a estrutura do presente trabalho, ele encontra-se organizado em VII capítulos onde: no capítulo I, apresenta-se a revisão de literatura, onde faz-se a discussão dos estudos identificados que abordam o assunto da reincidência e os processos de ressocialização, discussão essa que culmina com a formulação do problema de pesquisa, a apresentação das hipóteses e respectivas variáveis.

No capítulo II, apresenta-se a justificativa do trabalho; no capítulo III, encontra-se os objectivos do estudo, no capítulo IV, faz-se o enquadramento teórico; no capítulo V, a

metodologia utilizada no estudo; no capítulo VI, faz-se a apresentação, análise e interpretação dos dados, no capítulo VII, apresenta-se as considerações finais; a bibliografia utilizada no estudo; e, por fim o anexo que se refere ao guião de entrevistas.

1 REVISÃO DE LITERATURA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta secção são apresentados alguns autores que abordaram à cerca do processo de ressocialização de reclusos. Importa ressaltar que os estudos trazidos nessa discussão abordam o fenómeno das prisões e seu papel na ressocialização de reclusos, de praticamente mesma forma, seguindo numa mesma linhagem que pode se chamar de “pessimista” quanto ao cumprimento do papel da prisão, pois tendem à ver a prisão como não sendo capaz de cumprir com aquilo que é seu papel, que é fundamentalmente o de ressocializar os reclusos de modo à facilitar a sua reinserção na sociedade exterior.

Traz-se na discussão Rocha (sd), esta autora efectuou um estudo sobre a realidade brasileira no que concerne à ressocialização de detentos em que concluiu que a prisão está em crise, visto que segundo ela as condições de execução penal que se verificam hoje em dia, conduzem a uma realidade bastante divergente da ideia de prevenção especial que a ressocialização tem como meta. As condições especiais à que os condenados são submetidos no cárcere proporcionam um antagonismo a esse ideal. De acordo com Rocha (s/d), a estrutura social e os problemas de socialização não se alteram de forma positiva com a experiência na prisão.

Ainda segundo Rocha (s/d), o ambiente prisional, ao contrário do que era esperado, leva à uma reorganização da identidade dos indivíduos, uma vez que passam a vivenciar um novo código de conduta, que não ressocializa mas aliena. O delinquente tem a sua paga com a prisão, e a sociedade terá por sua vez em retribuição, um delinquente potencialmente mais aperfeiçoado que antes. Isso traduz o que a autora chama de “crise das prisões”, pois não se cumpre aquilo que é o objectivo da prisão, que seria transformar a personalidade do delinquente, para que este tenha uma postura diferente perante a sociedade.

E isso acaba deslegitimando o próprio sistema prisional. A deslegitimação da prisão, segundo a autora, acontece por causa das manifestações de violação e abusos de direitos e garantias que se verificam dentro do sistema penal. Crescendo também o número de violências excessivas nas instâncias de controlo penal, e as estatísticas de mortes dentro

do próprio sistema acaba superando alguma vez a taxa de homicídios nos levantamentos das cifras de criminalidade. Outro aspecto que contribui para deslegitimação do sistema penal, de acordo com a autora, tem a ver com questões administrativas do próprio sistema, pois a corrupção dos agentes para encobrir toda a precariedade do sistema prisional, no que concerne aos abusos e violações acima referidos, constitui outra esfera de criminalidade institucionalizada.

Traz-se ainda Silva (2003), que afirma que o crime é tido como um deficit de socialização. Portanto a prisão, deve ser o espaço onde haja um programa de ressocialização. Segundo este autor a ressocialização tem como objectivo a humanização da passagem do detento na instituição carcerária; ampliando sua essência teórica, numa orientação humanista, passando a focalizar o delinquente como o centro das atenções, a pena de prisão apresentada tem um modelo que aponta que não basta castigar o individuo, mas orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efectiva, evitando com isso a reincidência.

Não obstante, o autor afirma que a finalidade da prisão de ressocializar a pessoa presa, nas situações actuais, é tarefa impossível. Pois, Silva (2003) à semelhança de Rocha (sd), também fala da crise do sistema prisional, pois afirma que ao invés de ser uma instituição destinada a reeducar os criminosos e prepará-los para o retorno social, a prisão é uma casa de horrores, de tormentos físicos e morais, infligindo ao encarcerado os mais terríveis e perversos castigos. Ao invés de ser uma instituição ressocializadora, a prisão tornou-se uma indústria do crime, onde os presos altamente perigosos, tornam-se profissionais, frios, calculistas e incapazes de conviverem fora da cadeia.

Por seu turno Cunha (sd), na sua análise sobre prisões, traz o conceito de “prisionização” que foi introduzido por Donald Clemmer em 1940, que definiu como o assumir, em maior ou menor grau, os modos de vida, tradições, costumes, em suma a cultura penitenciária. No âmbito do conceito assim definido, a autora afirma que, incluíam-se ainda os efeitos dessas transformações ocorridas ao longo do período de reclusão, ou seja, as consequências da socialização do indivíduo nisso que ela chama de subcultura.

Segundo Cunha (s/d), o impacto da prisão produziria mudanças nos reclusos, mudanças essas que obedeceriam aos mesmos trâmites dos processos aculturativos em geral. Porém, a visão do mundo veiculada pelo sistema normativo e pelo código social dos reclusos (onde impera, por exemplo: o princípio de lealdade aos co-internados e de oposição aos membros do “staff” (directores e guardas prisionais), vistos como representantes e emissários da rejeição da sociedade global), isso corroe as bases dos propósitos oficiais de reabilitação. E disto depreende-se que a readaptação ao meio social exterior e a permeabilidade aos seus valores acaba sendo inversalmente proporcional à adaptação ao meio prisional.

Ainda de acordo com Cunha (sd), o código dos reclusos e o sistema social que ele rege (ao contemplar aspectos, como por exemplo: a solidariedade, o contrabando, a homossexualidade) surgiria uma adaptação às condições de vida prisional, e funcionaria como amortecedor de choque que a vida prisional provoca contribuindo para restaurar a auto-imagem e recuperar prerrogativas básicas da prisão. Mas, os dispositivos ocasionados para produzir estes efeitos veiculam atitudes e valores inversos a sociedade global. Por isso que a autora considera que a prisão tem frequentemente efeitos devastadores na personalidade das mulheres.

Santos (s/d), concorda os autores acima referidos afirmando que a pena restritiva de liberdade, visa a ressocialização do preso de modo que este possa ser reintegrado à sociedade. Entretanto ela também defende que, o que se verifica na prática é que as prisões não cumprem com essa função, pois acarretam no indivíduo preso inúmeros efeitos negativos, que contribuem para a permanência destes no mundo do crime.

Para Santos (s/d), os presos, geralmente, saem da prisão piores do que quando entraram, e uma vez inseridos novamente na sociedade voltam a delinquir. E, isso deve-se à falência do sistema prisional, pelo menos na realidade brasileira, que contribui para a existência de várias sociedades paralelas dentro das prisões, o que traz graves consequências à sociedade, que sofre com o recrudescimento da criminalidade.

Gomes et al (2003), falam de reincersão social ao invés de ressocialização de reclusos, mas dão a entender que significa o mesmo. Estes autores afirmam que o processo de reinserção social dos reclusos deve dar à eles, durante o período de reclusão, os meios e as competências necessárias adequadas, para que não cometam novos crimes uma vez em liberdade. Dentre essas competências encontram-se a educação e formação profissional. De acordo com estes autores, vários são os estudos que demonstram que os reclusos que frequentam aulas de formação profissional durante o período de reclusão têm menor probabilidade de reincidir. Para esses autores, a educação na prisão deve ter como objectivo o desenvolvimento da prisão como um todo, tomando em consideração o seu contexto social, económico e cultural.

Entretanto segundo Gomes et al (2003), regista-se uma baixa taxa de sucesso no que diz respeito à educação no espaço prisional, isso porque a educação e formação em meio prisional têm sido encaradas apenas como uma forma de ocupação durante o período de reclusão, quer pelas administrações prisionais, quer pelos próprios reclusos. Outro problema que é apontado pelos autores como causa das baixas taxas de sucesso, tem a ver com a elaboração dos currículos dos cursos e a metodologia das aulas ministradas nos estabelecimentos prisionais, pois, os currículos são elaborados sem tomar em consideração o perfil das populações prisionais de cada estabelecimento, o tempo médio de permanência desses reclusos no estabelecimento prisional e o espaço físico para leccionar. Defendem esses autores que o ensino nas prisões deveria ter como conteúdos programáticos, temas como a saúde, higiene, toxicodependência, cidadania, etc....

A ocupação laboral é também vista por esses autores, como um factor essencial na “reincersão social” de reclusos, pois, para além de dotar o recluso de hábitos de trabalho e de competências profissionais e sociais que poderão determinar a sua futura reintegração na sociedade; ela também tem outras vantagens são que o trabalho é um importante instrumento de manutenção da ordem e da segurança na prisão, atenuando assim as consequências negativas da inactividade (o consumo de drogas, os jogos ilícitos ou a violência). Para além disso, o trabalho na prisão, proporciona maior facilidade aos guardas prisionais para regular a vida diária no estabelecimento prisional, e o próprio

recluso adapta-se melhor às regras, aos horários e à vida do estabelecimento prisional em que se encontra inserido. Porém, não obstante, os autores concluem que há uma enorme disjunção entre o quadro teórico previsto e sua concretização prática, que decorre designadamente, da não elaboração do plano individual de readaptação e portanto processo em causa acaba mostrando-se ineficaz.

Nessa mesma linha de pensamento encontramos Michel Foucault (1999), sustentando que a prisão tem duas faces, ela é perigosa e quando não, é inútil. Este autor, não esconde a sua aversão à prisão, pois, ele afirma que ela é uma detestável solução de que não se pode abrir mão, visto que não se vê o que se pode colocar no lugar dela. A aversão de Foucault à prisão começa pelo facto de ela constituir em primeiro lugar a privação de liberdade. Quanto ao papel da prisão, Foucault (1999), afirma que ela é um aparelho para transformar os indivíduos:

“A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar à seu cargo todos os aspectos do individuo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento quotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa especialização, ela é “onidisciplinar” (p.264)”

Foucault usando do termo de Beltard, afirma que as prisões são “instituições completas e austeras” pois:

“A prisão é sem exterior nem lacuna, não se interrompe, à não ser depois de terminada totalmente a sua tarefa, sua acção sobre o individuo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela da um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo!... Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao individuo pervertido; seu modo de acção e a coacção de uma educação total” (p.264).

De acordo com Foucault (1999), por ser a prisão a privação de liberdade, ela é a pena por excelência, pois, numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence à todos da mesma maneira, não poderia ser diferente, e sua perda tem o mesmo preço para todos, e melhor que a multa, ela é o “castigo igualitário”, que permite quantificar exactamente a pena segundo a variável tempo. Este autor afirma que existe uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, a sua “objectividade económica”, e permite que ela seja uma reparação; uma vez que ela retira o tempo do condenado, a prisão parece

traduzir concretamente a ideia de que a infracção lesou além da vítima, a sociedade inteira.

À semelhança de Gomes et al (2003), Foucault (1999), também ressalta que o trabalho dos detentos na prisão tem uma importância capital na transformação da personalidade dos indivíduos, uma vez que o trabalho desperta as aptidões laborais dos indivíduos. Para Foucault, o trabalho penal deve ser concebido como sendo em si mesmo uma máquina que transforma o prisioneiro violento, agitado e irreflectido, em uma peça que desempenha seu papel da melhor forma possível. A prisão não é uma oficina, mas sim tem que ser em si mesma uma máquina de que os “detentos-operários” são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos. A utilidade do trabalho penal não é um lucro, nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma económica vazia, de um esquema da submissão individual e do seu ajustamento à um aparelho individual.

Sá (2008), chama a prisão de “sociedade dos cativos”, pelo facto de se constituir de agrupamentos humanos muito especiais, que cria, recria e transmite valores culturais, com a função também de classificar simbolicamente “objectos, experiência, comportamentos, características pessoais e estados ou modos de ser”. Esses valores culturais socializados e internalizados pelos reclusos, à duras penas sofridas no corpo e na alma, facilitam a convivência e a sobrevivência, a permanência e o trânsito do interno nas diferentes comunidades, competentes da rede prisional e das redes formadas pelo mundo das actividades criminosas.

Os valores culturais da “sociedade dos cativos”, são as normas práticas de comportamento, ou seja, de pensar, agir e sentir criadas, recriadas, testadas e seleccionadas no quotidiano das relações prisionais, eles contibuem de forma determinante para a “ordem”, no universo carcerário e, definem e afirmam o grau de prestígio de seus habitantes, estabelecem hierarquias, criam sistemas de protecção dos internos e dos demais membros vinculados ou não à instituição, consolidam lideranças e fixam mediações de adesão ao mundo prisional.

O maior problema que aí se verifica é o facto de esses valores da “sociedade dos cativos” serem diferentes e muitas vezes o oposto dos da “sociedade livre”, e isso acaba por dificultar o alcance do objectivo do sistema prisional, que é ressocializar o indivíduo para a “sociedade livre”. Porém, quanto maior o grau de internalização dos valores da “sociedade cativa”, é mais provável que o indivíduo depois de cumprida a sua pena, não consiga reintegrar-se na “sociedade livre”.

Santos (2010), à semelhança dos outros autores a cima trazidos, refere que a pena de prisão tem como função de ressocializar o preso, visando reintegrá-lo na sociedade. Esta autora, afirma que, durante alguns anos acreditou-se que a pena privativa de liberdade pudesse recuperar o delinquentes, ou seja, a ressocialização como finalidade de execução da pena privativa de liberdade, mas o que ela demonstra é que essa finalidade não é alcançada.

“o sistema carcerário não reabilita o preso, sendo assim, a pena privativa de liberdade perde o seu carácter ressocializador. Porque nas prisões os presos são humilhados e violentados, sua dignidade e seus direitos não são preservados e conseqüentemente, aquele preso que deveria ser reeducado a delinquência (...) o processo de reabilitação do apenado é ineficaz, pois não tem como reeducá-lo, readaptá-lo à sociedade privando-o de sua liberdade” (p.22).

Para Santos (2010 p.24), os encarcerados nas prisões perdem suas identidades, privacidades, auto-estima, permanecem isolados, improdutivos (muito tempo na ociosidade), estes factores contribuem que estes continuem na criminalidade. Este tempo torna-se destrutivo, pois, os presos possuem mais tempo para pensar, articular e organizar novos delitos.

Outro factor que contribui para a ineficácia da prisão, é o facto de surgir no interior da prisão, aquilo que a autora chama de “sociedade paralela”, onde criam-se redes criminosas (p. 31). As actividades dessas organizações criminosas acarretam gravíssimas conseqüências para a sociedade (corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, sequestros entre outros) (*ibidem*). Santos (2010), refere que inicialmente os presos se organizavam dentro das prisões com o objectivo de lutar contra as injustiças, reivindicar por melhorias, e até para se protegerem de certos abusos que ocorrem no interior dos estabelecimentos. Isso porque os estabelecimentos prisionais em geral,

segundo a autora, lesam os direitos e garantias constitucionais dos encarcerados. E mais tarde este aproveitando-se das falhas do sistema, passam à organizarem-se para o cometimento de crimes objectivando fins políticos/ideológicos e/ou o lucro. Portanto isto demonstra que na óptica dessa autora a prisão ao invés de cumprir com sua tarefa de ressocializar o indivíduo, ela acaba abrindo espaço para que este continue no mundo do crime.

Santos & Velásquez (2014), afirmam que o sistema penitenciário está longe do cumprimento de efectivo para tornar realidade, dentro da prisão, o que se entende por ressocialização, pois, os estudos realizados à cerca da reincidência dos detentos demonstram amplamente a inviabilidade da hipótese de existencia de ressocialização concreta dentro da prisão.

Visto que durante o processo de ressocialização, o objectivo é a reincersão do detento de forma regenerada à sociedade, Santos & Velásquez (2014), advogam que é necessário que existam políticas de ressocialização que visem não somente a melhoria para o alcance de uma prisão mais humanária mas sobretudo, proporcionar a esse detento, durante todo o processo, o resgate de sua liberdade, possibilitando-o ultrapassar as limitações impostas pelos muros do cárcere e lhe oferecendo a liberdade de redescobrir novos caminhos para a sua reintegração à sociedade (p.4).

Portanto, Santos & Velásquez (2014), culpabilizam o sistema penitenciário, pois, esta oferece péssimas condições aos detentos, não dando ao detento as condições necessárias para sua ressocialização. As autoras consideram que o processo de ressocialização do preso abrange não apenas o tratamento do sentenciado pelo delito cometido em si, mas também o reparo de inúmeras falhas e negligências do Estado ocorridas antes mesmo do indivíduo entrar na prisão e na vida do crime.

Santos & Velásquez (2014), encontram um paradoxo ao falar de ressocialização, pois, se o detento não possui nenhum contacto com a sociedade e vice-versa, sendo esses os principais actores do processo de ressocialização. Estas autoras consideram ainda que, o factor mais importante que exerce poder de transformação mais eficaz é a educação, pois,

esta proporciona ao detento, durante o processo de ressocialização o poder de resgatar a sua concepção de si mesmo, tornando-o elemento principal para sua mudança e seu contexto externo, sendo este capaz agora de reescrever novos caminhos dantes maculados pelo crime.

Alessandro Baratta (2004), afirma que a busca da reintegração do sentenciado à sociedade não deve ser abandonada, e sim precisa ser reinterpretada e reconstruída sobre uma base diferente. Isso pressupõe que não se pode conseguir a reintegração social do sentenciado através do cumprimento da pena, mas deve-se buscá-la apesar dela, isto é, tornando menos precárias as condições de vida no cárcere, condições essas que dificultam o alcance dessa reintegração.

Segundo Baratta (2004), não se pode segregar as pessoas e pretender a sua reintegração, um dos elementos mais negativos das instituições carcerárias é o isolamento do microcosmo prisional e do macrocosmo social, simbolizado pelos muros e grades. Os muros da prisão representam uma barreira violenta que separa a sociedade de uma parte de seus próprios problemas e conflitos. O sistema prisional, deve proporcionar aos presos uma série de benefícios que vão desde a instrução, inclusive profissional, até assistência médica e psicológica, para proporcionar-lhes uma oportunidade de reintegração e não mais como um aspecto da disciplina carcerária, compensando, dessa forma, situações de carência privação, quase sempre frequentes na história de vida dos sentenciados, antes do seu ingresso na senda do crime.

Portanto, Baratta (2004) e Santos & Velásquez (2014), convergem praticamente em todos os aspectos uma vez que, ambos consideram que o Estado contribui para a entrada dos indivíduos no mundo do crime, pois não proporciona à estes condições necessárias para que não se desviem, isto é, cometem várias falhas e negligências que criam frustrações no indivíduo, por isso advogam que o Estado deve recompensar esses indivíduos, por essas negligências, durante a estadia dos detentos na prisão. E todos os autores trazidos neste capítulo, advogam que a prisão tem como fim último a ressocialização dos presos e devolvê-los à sociedade de forma regenerada. Entretanto, as prisões não estão

alcançando essa meta, daí que advogam crise do sistema penitenciário, à avaliar pelos altos níveis de reincidência.

1.1 Formulação do problema de partida

Como o constatado, verifica-se que os autores referidos na revisão de literatura, convergem no que diz respeito ao papel ressocializador do sistema prisional, porém advogam o não cumprimento desse mesmo papel por diversos motivos. Os estudos desenvolvidos por esses autores revelam que existe uma disparidade entre o que teoricamente se considera como fim último da instituição prisional e o que acontece na prática, pois, a prisão tem como objectivo corrigir o comportamento dos criminosos, ressocializá-los e devolvê-los à sociedade com outro tipo de comportamento. Porém, de acordo com os autores, a instituição prisional acaba disponibilizando para os reclusos um sistema nada favorável ao cumprimento de seus objectivos, e ao invés de ressocializar os reclusos, acaba por criar condições para que os criminosos aprimorem suas práticas e mantenham contactos com criminosos experientes, fazendo com que as prisões sejam como afirma Giddens (2008), “universidades de crimes”.

Essas perspectivas olham para as prisões de forma negativa, isso é visível, nas abordagens trazidas, pois, todas sugerem a forma negativa da prisão, não avançando nenhum lado positivo da mesma. O que sustenta esses estudos são os altos níveis de reincidência que se verificam no interior das instituições em causa, e relegam toda a culpa dessa ineficiência ao próprio sistema, que não dá ao recluso os meios adequados para sua ressocialização e sim ferramentas para se aperçoarem no mundo do crime.

Tendo em conta um contexto em que os autores olham para a prisão de forma negativa devido aos altos níveis de reincidência, onde pode-se trazer o estudo efectuado por Eusébio (2010), na cadeia provincial de Inhambane, uma cadeia masculina em que verificou que os níveis de reincidência eram altos e rondavam nos 48%. O que contrasta com a realidade da cadeia feminina de Ndlavela, pois fez-se uma pesquisa exploratória em que foi possível constatar que as taxas de reincidência tem níveis muito baixos, pelo que na altura num universo de 144 reclusas não havia reincidentes, o que levantou uma

inquietação, e tendo em conta que a reincidência ou não de criminosos deve-se à vários factores; levanta-se a seguinte questão de partida: *o que explica os baixos níveis de reincidência que se verificam no interior da cadeia feminina de Ndlavela?*

1.2 Hipóteses

No engajamento de responder à pergunta de partida são avançadas algumas hipóteses, que de modo geral, podem ser entendidas como respostas prévias à questão de partida que, no decorrer da pesquisa poderão ser confirmadas ou refutadas. De acordo com Macamo (2004), hipótese transmite a ideia de que a partir de tudo quanto sabemos podemos partir do princípio de que a realidade se apresenta de uma determinada maneira. Gil (2007), afirma que o papel fundamental das hipóteses na pesquisa é sugerir explicação para os factos. E em busca de resposta para a pergunta desta pesquisa adiantou-se as seguintes hipóteses:

Hipótese-1: os baixos níveis de reincidência que se verificam no interior da cadeia feminina de Ndlavela, explicam-se pelo processo de ressocialização levado a cabo pela instituição em causa, que se mostra como sendo capaz de responder às expectativas da sociedade, permitindo com que as mulheres saiam da cadeia com profissões definidas, evitando a reincidência.

Hipótese-2: os baixos níveis de reincidência que se verificam no interior da cadeia feminina de Ndlavela, explicam-se pela reintegração social, no seio familiar e no mercado de emprego após a sua saída da prisão, que acontece com poucas dificuldades.

1.2.1 Variáveis

variável dependente hipótese-1:

Os baixos níveis de reincidência.

variável independente hipótese-1:

Processo de ressocialização levado a cabo pela instituição, que se mostra como sendo capaz de responder às expectativas da sociedade, permitindo com que as mulheres saiam da cadeia com profissões definidas, evitando a reincidência.

Variável dependente hipótese-2:

Baixos níveis de reincidência.

Variável independente hipótese-2:

Facilidade de reintegração social, no seio familiar e no mercado de emprego.

1.2.2 Relação entre variáveis:

Segundo Macamo (2004), existem três tipos básicos de relação entre variáveis: elas podem ser simétricas- quando nenhuma influencia a outra; recíprocas- onde ambas influenciam-se mutuamente; e, assimétricas- em que temos uma variável que influencia a outra, ou seja, temos uma variável independente e outra dependente.

No caso vertente, o que se verifica é nas duas hipóteses temos variáveis dependentes e independentes, isto é, uma variável influencia a outra tanto numa hipótese quanto noutra, o que mostra que a relação entre as variáveis é de assimetria.

Especificamente, na primeira hipótese, o processo de ressocialização que as reclusas vivenciam na cadeia feminina de Ndlabela influenciam os baixos níveis de reincidência, do mesmo modo que na segunda hipótese, a reintegração social influencia nos baixos níveis de reincidência.

2 OBJECTIVOS

2.1 Objectivo geral

- Compreender os factores internos e externos que contribuem para os baixos níveis de reincidência criminal que se verificam na cadeia feminina de Ndlavela.

2.2 Objectivos específicos

- Identificar e descrever as actividades levadas à cabo pela instituição prisional, no processo em causa.
- Identificar as actividades ou profissões realizadas actualmente pelas ex-reclusas, e relacionar com as actividades aprendidas no interior da prisão.
- Entender o processo de reintegração social das ex-reclusas.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

3.1 Teoria base

Instituições totais de Erving Goffman

Para a explicação teórica desse fenómeno, processo de ressocialização de reclusos, recorrer-se-á à teoria de Erving Goffman (2001), sobre instituições totais. De acordo com este autor, certos mecanismos de estruturação de uma instituição, determinam a sua condição de instituição total e acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que nela participa sob determinada condição.

Para Goffman, o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes co-participantes e sob diferentes autoridades sem um plano relacional geral. Ao inserir-se numa instituição social passa agir num mesmo lugar com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de actividades impostas e quando essa instituição se organiza de modo à atender indivíduos (internados) em situações semelhantes, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente), que se baseia no discurso de atendimento aos objectivos institucionais, ela representa a tendência de “fechamento” o que vai simbolizar o seu carácter total. Esse carácter total da instituição age sob o internado de maneira que o seu “eu” passa por uma transformação dramática do ponto de vista pessoal e do seu papel social.

“Começa a passar por algumas mudanças radicais na sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. Os processos pelos quais o eu da pessoa é mortificado são relativamente padronizados nas instituições totais” (Goffman, 1974:24).

Portanto de acordo com Goffman, quando o indivíduo insere-se no interior de uma instituição total, ele passa por um processo de “mortificação do eu”, isto é, um processo em que os indivíduos despem-se do seu eu anterior passando a internalizar regras e valores de tal instituição, isso implica que os indivíduos deverão construir uma carreira moral, demonstrando obediência às regras impostas pela instituição, de modo a que

possam sobreviver nesse lugar. Essa carreira moral irá permitir que haja uma mudança no comportamento e na personalidade do indivíduo.

3.2 Definição e operacionalização de conceitos

Esta secção dedica-se a definição e operacionalização dos conceitos chaves que irão orientar a pesquisa em questão, conceitos esses que são: prisão, ressocialização e reincidência.

Prisão

Para Fernandes (2005), prisão refere-se tanto às penitenciárias onde se encontram os presos condenados, ou seja, que já foram julgados, bem como os presídios, onde se mantêm os presos que aguardam julgamento, salienta que a prisão não é um meio de afastar aquele que cometeu um crime e mantê-lo à margem do convívio social, em virtude da sua culpabilidade. Ela deve ser também uma forma de dar ao preso condições para que se recupere e volte à vida em comunidade.

Geraldo de Sá (2008), define prisão que ele chama de “sociedade dos cativos”, como sendo agrupamentos humanos muito especiais, que cria, recria e transmite valores culturais, com a função de classificar simbolicamente “objectos, experiências, comportamentos, características pessoais e estados ou modos de ser”.

Goffman (1974) define prisão como uma instituição social que se organiza de modo a atender indivíduos (internados), em situações semelhantes separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente), que se baseia no discurso de atendimento aos objectos institucionais, que possui seguintes características: ela apresenta tendência para o fechamento, no cerne do conceito de reabilitação penal, encontra-se a tarefa de transformar indivíduos criminosos em não criminosos.

Para efeitos dessa pesquisa, a definição que mais se adequa é a trazida por Goffman, pois ela parece mais cabal apresentando todos elementos que se verificam na instituição prisional em que se pretende desenvolver a pesquisa. Pois trata da prisão como um espaço de reabilitação social e de transformação do indivíduo criminoso em não criminoso. Mas à que acrescentar o que é trazido por Sá (2008), sendo um local de criação e recriação bem como de transmissão de valores culturais.

Ressocialização

Para Gomes et al (2003), ressocialização trata-se de um processo levado a cabo pela instituição prisional em que se dá aos detentos, durante o período de reclusão, os meios de produção e as competências necessárias adequadas para que não cometam novos crimes uma vez em liberdade.

Segundo Silva (2003), a ressocialização é um processo que tem por objectivo a humanização da passagem do detento na instituição carcerária, ampliando sua essência teórica numa orientação humanista, passando à focalizar o delinquente como o centro das atenções. Aqui a ideia é que “não basta castigar o indivíduo mas, orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efectiva, evitando assim a reincidência”.

A definição trazida por Silva (2003), pois comporta elementos como humanização da passagem do detento na instituição carcerária, e comporta a ideia de que não basta castigar o individuo mas sim orienta-lo dentro da prisão para que possa ser reintegrado a sociedade.

Reincidência criminal

Segundo Marino (2002), reincidência criminal constitui um ciclo perverso crime, prisão, liberdade e crime, trata-se de um processo de formação de carreiras criminais ao redor das quais o fenómeno da criminalidade adquire uma dimensão estrutural dentro da sociedade, numa evidência do fracasso do esforço pela ressocialização dos infractores e consolidação do combate a exclusão social.

De acordo com Franco (1995), na óptica do direito penal, reincidência é a perpretação de mesmo crime ou de outro, quando já se é agente de crime anteriormente praticado. E crime é neste sentido o crime é articulado como sendo em termos jurídicos, como toda a conduta típica antijurídica (ou ilícita) e culpável, praticada por um ser humano.

De acordo com Eusébio (2013), reincidência criminal é resultado da falência do papel reabilitador e ressocializador dos estabelecimentos prisionais. Trata-se do fenómeno em que um individuo que já tenha cumprido uma pena de prisão, volta ao mundo do crime, uma vez em liberdade.

Há que destacar que o retorno à prisão não é a única forma de medir a reincidência, ou seja, o individuo não se torna reincidente apenas quando está nas mãos da justiça, mas sim quando volta ao mundo do crime depois de ter cumprido uma pena de prisão anterior, essa pesquisa cingiu-se em reincidentes que estejam nas mãos da justiça, pois, os que não voltam à prisão com muita dificuldade poder-se-ia conseguir dados, visto que não pertencem à nenhuma instituição formal.

3.3 Modelo de análise

Tabela 1- **Prisão**

Dimensões	Indicadores
- Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Local que acolhe indivíduos em conflito com a lei;- Separa indivíduos da sociedade mais ampla;- Impõe uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal.
- Simbólica	<ul style="list-style-type: none">- Cria, recria e transmite valores culturais, de modo a transformar criminosos em não criminosos.

Tabela 2- **Ressocialização**

Dimensões	Indicadores
- Jurídico-legal	<ul style="list-style-type: none">- Humanização da passagem do indivíduo na instituição carcerária;- Traz a ideia de que não basta castigar os indivíduos;- Orientação do indivíduo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efectiva.
- Motivacional	<ul style="list-style-type: none">- Evita a reincidência.

Tabela 3- **Reincidência**

Dimensão	Indicadores
Jurídico-legal	- Criminoso que volta a prisão já tendo antes cumprido uma pena de prisão.
Motivacional	<ul style="list-style-type: none"> - Fracasso do papel ressocializador das instituições prisionais; - Exclusão social ou rotulagem; - Dificuldade de reintegração social e no mercado laboral.

Esse modelo de análise deve ser entendido da seguinte forma: na prisão se dá o processo de ressocialização de reclusos, processo esse que tem como objectivo evitar a reincidência. Ou seja, a instituição prisional acolhe e separa indivíduos criminosos da sociedade mais ampla, impondo uma vida fechada, com regras e normas de conduta, tendo como tarefa principal transformar esses indivíduos em não criminosos e respeitadores da lei; e para tal passa-se por um processo que transporta a ideia de que não basta castigar os indivíduos, mas sim orientá-los para que possam ser reintegrados na sociedade, e evitar que eles voltem a reincidir no mundo do crime; e, a reincidência seria decorrente do fracasso desse papel ressocializador e/ou da dificuldade de reintegração na sociedade, e dificuldades de realização de uma actividade laboral.

4 METODOLOGIA

Este capítulo discute a metodologia usada para a presente pesquisa, no que se refere à abordagem metodológica, às técnicas de recolha de dados, grupo alvo e colecta de dados. Ademais, a metodologia utilizada diz respeito as recomendações científicas neste domínio, contudo, a pesquisa é suportada por uma consulta bibliográfica e outros documentos que estão devidamente referenciados nas citações ao longo do desenvolvimento de cada capítulo. De acordo com Lakatos & Marconi (2006, p.16), metodologia é o conjunto de métodos e técnicas utilizadas para a realização de uma pesquisa. E quanto aos métodos, de acordo com Gil (1999) *apud* Silva & Meneses (2001, p.25), método científico é o conjunto de processos e operações que se devem empregar na investigação, isto é, a linha de raciocínio adoptada no processo de pesquisa.

De um modo geral a presente pesquisa enquadrou-se dentro da abordagem qualitativa, onde buscou-se compreender de que modo a prisão e o processo ressocializador influencia na mudança de comportamento das reclusas de modo a que essas não possam reincidir. Buscou-se com essa abordagem compreender a partir da experiência de ex-reclusas como o processo em causa ajudou na mudança de comportamento das mesmas.

Recorreu-se a abordagem qualitativa visto que de acordo com Guerra (2006), esta metodologia visa à compreensão de todo o universo de significados, motivos, inspiração, crenças, valores e atitudes, podendo-se obter no decorrer de experiências vividas, opiniões e percepções dos entrevistados. A abordagem qualitativa de acordo com Cano (2012), pretende obter uma compreensão mais profunda do contexto e da vida dos próprios actores para poder interpretar a realidade.

4.1 Método de abordagem

Quanto ao método de abordagem recorreu-se ao hipotético-dedutivo, que de acordo com Demo (2000), parte de um problema definido pelo pesquisador e que é solucionado através de hipóteses de instigação. E tais hipóteses são sujeitas a verificação através da pesquisa empírica. Portanto, nessa pesquisa definiu-se um problema que se refere aos

baixos níveis de reincidência criminal na cadeia feminina de Ndlavela, que depois construiu-se duas hipóteses na tentativa de responder a questão de partida, hipóteses essas que foram sujeitas à verificação.

4.2 Método de procedimento

No que diz aos procedimentos, recorreu-se ao método monográfico que de acordo com Gil (2007), parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros casos semelhantes. Esse método permitiu que se partisse de casos identificados, de modo a fazer um estudo profundo que pudesse representar outros casos semelhantes.

4.3 Técnicas de recolha de dados

Como técnicas de recolha de dados recorreu-se à observação e à entrevista; *observação* é de acordo com Moreyra (2003), uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e para a obtenção de determinados aspectos da realidade, é um elemento básico de investigação científica, desempenhando um papel importante nos processos observacionais e obriga o investigador a um contacto mais directo com a realidade. *Entrevista*, de acordo com Gil (1999, p.8), é “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas, com o objecto de obtenção dos dados que interessam à investigação”; usar esta técnica é usar uma fonte oral para obter informações mais ou menos certas da realidade dos acontecimentos que diz respeito ao processo de ressocialização de reclusas.

Entrevista semi-estruturada que de acordo com Rizzini et al (1999), é aplicada a partir de simples tópicos pré-definidos, sendo que muitas questões podem ser formuladas ao longo da entrevista e as irrelevantes podem ser descartadas. Portanto, esta técnica permitiu que partindo de alguns pontos definidos como relevantes, para a compreensão do fenómeno em estudo e ao longo da realização da entrevista ir formulando novas questões de forma a aprofundar aspectos não antes previstos como relevantes para o estudo ou não conhecidos, mas que se mostrem imprescindível.

4.4 Amostra (grupo alvo)

Uma vez que trata-se de um estudo qualitativo, que não busca nenhuma representatividade numérica, optou-se por uma amostra por acessibilidade ou por conveniência, onde foi-se identificar, a partir de dados fornecidos pelo departamento de acção social da cadeia feminina de Ndlavela, ex-reclusas que se mostraram disponíveis para participar da pesquisa e usando a tecnica de bola de neve, foi possível partir das mulheres que foram indicadas pela instituição, chegar até outras que não se tinha acesso antes, pois as primeiras foram indicando as outras.

Segundo Gil (2007), a amostra por conveniência é o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico, a partir desta amostra o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam de alguma forma representar o universo.

4.5 Colecta de dados

No que diz respeito à colecta de dados, foi um processo que teve seu inicio com uma visita que foi efectuada pelo pesquisador à cadeia feminina de Ndlavela, agora penitenciária especial de mulheres, mediante uma autorização obtida do serviço nacional penitenciário (SERNAP), visita essa que teve duração de 1 mês, em que das 7:00h às 15:00h foi possível observar as actividades exercidas pelas reclusas no recinto da cadeia, conversar com as internas bem como com os demais funcionários do estabelecimento.

Ainda na senda da visita foi possível verificar os demais serviços que são oferecidos as internas de modo à que estas não se possam sentir abandonadas pela sociedade. A colecta de dados foi feita mediante os instrumentos ou técnicas de recolha de dados que vão desde a observação até às entrevistas semi-estruturadas; entrevistas essas que foram feitas às ex-reclusas à que se teve acesso, uma vez que elas já passaram por tal processo.

5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

5.1 Descrição do recinto de observação

Como fora antes referenciado, a pesquisa teve a parte da observação, em que se visitou a cadeia feminina de Ndlavela, agora chamada penitenciária especial de mulheres, cita na província de Maputo, município da Matola, bairro de Ndlavela. Trata-se de um estabelecimento grande, cercado por um enorme muro, este estabelecimento tem edifício da direcção, onde encontra-se a secretaria, o gabinete da directora do estabelecimento, a sala de reuniões e os demais gabinetes que fazem parte como o da acção social, o comando e o controlo penal. O estabelecimento tem uma vasta área de agricultura, um aviário, a área das celas, a escola onde tem uma sala de informática e uma biblioteca, creche, lanchonete, cozinha, centro social, posto médico onde se oferece também acompanhamento psicológico, área de costura e o gabinete do IPAJ, que presta assistência jurídica as reclusas sem recursos financeiros para contratar um advogado.

A cadeia feminina de Ndlavela tem capacidade de acolher 300 reclusas, entretanto até o último dia das pesquisas encontravam-se 151 reclusas, onde apenas uma (1) encontrava-se em situação de reincidência. Há que salientar que estes números referem-se à época em que a pesquisa decorreu, não sendo estáticos, portanto os números podem variar de modo que, o número de reclusas pode ter aumentado ou diminuído. Importa ainda referir que nestes números estão inclusos as reclusas em prisão preventiva (as que aguardam julgamento) e as que estão em prisão efectiva (as que estão condenadas e cumprindo suas penas). Quanto à divisão das reclusas, estas encontram-se em celas divididas entre mães de bebés e as que não tem bebés, uma vez que as mulheres podem ficar com seus bebés na prisão, até que estes completem 3 anos de idade, onde depois são levados para ficarem com seus familiares ou em orfanatos, caso não tenham familiares com quem possam ficar.

5.2 Actividades desenvolvidas na Prisão

As actividades exercidas nesta instituição prisional são várias, elas são divididas em grupos de acordo com as áreas, a saber: *agricultura*- onde são produzidas várias culturas que servem para o consumo interno das reclusas bem como dos funcionários, tais produtos são: couve, alface, batata-doce, cebola, abobora, pimento, tomate, cenoura, milho, quiabo, mandioca e amendoim, para além dos coqueiros que se encontram no pátio, há que salientar que para além de produzir na machamba, as reclusas também cuidam das árvores, flores e da limpeza do recinto, e as reclusas são auxiliadas por um profissional de agronomia que presta assistência uma vez por semana as reclusas, ensinando-as desde o preparo da terra até todas as fases da produção agrícola. *Aviário*- neste sector as reclusas aprendem a criar frangos, que posteriormente são vendidos e os valores adquiridos são usados para a manutenção da própria instituição.

Culinária- neste sector as reclusas preparam refeições para elas e para os funcionários, sob supervisão de alguns funcionários afectos a este sector, as cozinhas são várias, existem cozinhas para preparo de refeições normais, pese embora sejam as reclusas que preparam as refeições, estas são preparadas em panelas diferentes, isto é, há panelas de funcionários e panelas das reclusas mesmo sendo os mesmos pratos, e tem as cozinhas dos centros sociais que funcionam como lanchonetes, onde preparam-se refeições como dozes e sopas, vende bebidas não alcoólicas tanto para funcionários como para as próprias reclusas, que trabalha aí são as reclusas, mas os lucros são administrados por funcionários, para a própria instituição.

Corte-costura- existem dois sectores de costura, no primeiro sector as reclusas aprendem a costurar com uma profissional da área, costuram seus próprios uniformes e fazem algumas encomendas, no segundo sector de costura as reclusas são contratadas, depois de passarem pelo primeiro sector onde aprendem a costurar, aqui elas recebem um valor simbólico como salário para produzir artigos, este sector pertence à uma fábrica externa parceira dessa instituição, aqui são produzidas roupas para clientes que requisitam,

uniformes tanto para esta prisão bem como pra outras que requisita, fabrica-se também artigos diversos como lençóis fronhas, batas para graduação, almofadas, etc.

Actividade escolar- a escola vai até a 10 classe e é obrigatória para as reclusas que não sabem ler e escrever, pese embora existam desistências, a professora afirma que as reclusas que não desistem seguem uma carreira estudantil, e lembra o caso de uma reclusa que cumpriu pena durante 12 anos que entrou sem saber ler e escrever, e saiu com o certificado da 10 classe, no que diz respeito a escola tem também o sector de informática onde de 6 em 6 meses 10 reclusas beneficiam de um curso de informática, estes cursos são patrocinados pela fundação Rita Levi Nordenchini um projecto da comunidade Sant'Egídio que tem por objectivo ajudar na mudança de personalidade da agressão para a humildade nas relações humanas, esse projecto esta em funcionamento nesta instituição prisional há cerca de três anos, neste curso elas recebem noções básicas de informática (word, excel e power point), e não apenas também aprendem noções de secretariado informatizado, relações humanas, inglês básico, aprendem também a fazer currículos e cartas de apresentação para pedido de emprego, de salientar que, os certificados adquiridos, na escola bem como nos cursos que se obtêm na penitenciária são validos como os das outras escolas, sem nenhuma indicação da situação reclusória para evitar rótulos e dificuldades para conseguir emprego.

Limpeza- nesta actividade as reclusas cuidam da limpeza de todo recinto prisional, desde o pátio, direcção, celas e todos os outros compartimentos da instituição; bem como também fazem jardinagem, ou seja cuidam das plantas e árvores que lá existem, assim como lavam os carros dos funcionários da instituição.

Desporto e cultura- as reclusas têm actividades desportivas e culturais; no desporto elas praticam o futebol, onde fazem competições com os funcionários, bem como com reclusos de outras cadeias; na cultura, as reclusas praticam danças diversas, tem um grupo coral e fazem teatro, e realizam intercâmbios culturais com grupos culturais de outros recintos culturais.

5.3 A convivência

O que se verifica nesta instituição no que diz respeito a convivência, é que o relacionamento é de pouca formalidade entre as reclusas e os funcionários, pode se dizer até que é uma relação de amizade entre todos, visto todos conversam de forma amigável, existe até uma abertura tal que as reclusas entregam seu dinheiro as funcionarias para lhes comprarem artigos como sapatos, bem como bens alimentícios; esse bom relacionamento verifica-se na forma como se chamam em que as funcionarias tratam as reclusas de manas e essas por sua vez chamam as funcionárias de chefes mas sem nenhum tom de formalidade e convivem de forma aberta e descontraída, mas sem confundir os lugares, ou seja, com ordem; por isso é claro que aquelas que cometem alguma infracção não escapam ao castigo da quarentena.

5.4 Trabalho da acção social

O sector de acção social faz um acompanhamento das reclusas que saem em liberdade condicional, mas antes preparam a família para que possa receber a reclusa de volta ao convívio familiar, e acompanham o comportamento das reclusas após sair da prisão, fazendo visitas periódicas nas casas das reclusas, bem como as reclusas tem a obrigação de se apresentar periodicamente na instituição; mas a acção social também faz o trabalho de sensibilização das famílias que não visitam seus membros na prisão, para que estes aproximem-se da instituição e visitem e não rejeitem suas familiares e se preparem para receberem-nas após sair da prisão.

5.5 Perfil das entrevistadas

Para melhor compreender o fenómeno em estudo, foram efectuadas entrevistas semi-estruturadas; foram entrevistadas 14 mulheres que passaram pelo processo de ressocialização na cadeia feminina de Ndlavela, de modo a perceber o que está por detrás do facto de elas não reincidirem criminalmente; em cumprimento de critérios éticos são ocultados os nomes das entrevistadas.

5.6 Dados socio-demográficos das entrevistadas:

Tabela 4- identidade social das entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Morada	Estado civil	Nível de escolaridade
1	50 anos	Infulene	Solteira	Básico
2	43 anos	Magoanine B	Solteira	Básico
3	40 anos	Magoanine B	Divorciada	Superior
4	35 anos	Machava socimol	União de facto	Médio
5	41 anos	Benfica	Solteira	Básico
6	39 anos	Benfica	Solteira	7ª Classe
7	41 anos	Infulene	União de facto	Básico
8	42 anos	Zimpeto	União de facto	Básico
9	50 anos	Ndlavela	Solteira	Médio
10	39 anos	T-3	Solteira	Médio
11	46 anos	Infulene D	Solteira	Básico
12	43 anos	Infulene D	União de facto	7ª classe
13	42 anos	Alto maé	Casada	Médio
14	45 anos	Xipamanine	Solteira	Básico

5.7 Resultados

De forma genérica, as entrevistas efectuadas revelam que as mulheres quase nunca chegam a cumprir a pena na totalidade, saindo quase sempre em liberdade condicional, e cumprindo o resto da pena em suas casas; as entrevistas sugerem ainda que mais do que o processo ao qual são sujeitas na prisão o que mais conta para a não reincidência é a

reintegração social, que muitas vezes acontece com poucas dificuldades, e isso deve-se e muito ao papel da acção social, que faz um trabalho junto as famílias de modo a prepará-las para receberem seus membros de volta ao seio familiar, e para outras deve-se também a reintegração no mercado de emprego.

Entrevista-1: *“entrei na prisão com 43anos, minha pena era de 5 anos, mas apenas fiquei presa durante 2 anos, no terceiro ano eu saía de manha e voltava de tarde; depois tive a liberdade condicional que cumpri durante 2 anos, não tive dificuldade de me reintegrar porque os meus filhos me visitavam, e quando no terceiro ano eu passava todo dia em casa e voltava a prisão nas tardes e isso ajudou com que meus familiares e vizinhos não me rejeitassem e isso faz eu me sentir bem com meus familiares, (...), também não tive dificuldades com emprego, voltei a exercer a profissão que exercia antes que é assistente técnico administrativo, (...).*

Entrevistada-4: *“eu entrei na prisão com 28 anos, (...), fiquei 4 anos, depois sai, tive liberdade condicional, no inicio foi difícil pra mim porque minha família ficou decepcionada comigo, meu marido foi deixar meus filhos com minha mãe, e casou com outra mulher, minha mãe não me queria visitar, mas depois que aqueles da acção social procuraram minha mãe e lhe convenceram a vir me visitar, (...), entrei com 7ª classe mas sai com 10ª classe e agora sou modista e tenho outro marido, (...).*

Esses são alguns exemplos que mostram que as condições de reintegração social que as mulheres encontram após saírem da prisão, exerce uma grande influência sobre a conduta dessas mulheres, a possibilidade de retomar a vida ou traçar uma nova trajectória, dá a elas uma motivação de engrenar por um caminho diferente do anterior, e a isso também junta-se a reintegração laboral, pese embora as profissões maioritariamente não são exactamente aprendidas na prisão, pois entram já sabendo exercer tais profissões mas reconhecem que foi uma oportunidade de aperfeiçoar tais actividades e de aprender novas coisas.

Entrevistada-14: *“ (...), entrei na prisão enquanto já tinha concluído a 10 classe, por isso não frequentei a escola na prisão, quando entrei eu já sabia cozer roupa, trabalhava com*

isso, e até agora faço isso, lá na cadeia também cozia roupa mas aprendi outras coisas também, como criar frangos, fazer machambas e outras coisas..., se um dia parar de cozer, já sei... Vou criar frangos, porque da dinheiro (...).

Entrevistada-11: “ (...), *quando entrei na cadeia, eu sabia cozinhar, então trabalhei na lanchonete, mas aprendi um pouco a cuidar de galinhas, aprendi a cozer um pouco e aprendi também a fazer bordados, agora vendo comida no mercado da t-3, não gosto de lembrar desse tempo, mas não posso negar que aprendi muito, mas não quero voltar pra lá! (...).*”

Ao longo das entrevistas foi possível verificar nas entrevistadas, um certo constrangimento de falar sobre o tempo que passaram na prisão, invocam sua posição de mulher e mãe, isso revela que a condição de gênero dessas mulheres influencia na sua decisão de mudança de comportamento, pela motivação de querer responder positivamente às expectativas que se têm sobre elas nos papéis que desempenham como mães e donas de casa, pois ter passado pela prisão lhes tira dignidade e respeito perante a sociedade e principalmente perante seus familiares, com destaque para seus filhos, e existem até aquelas que escondem o seu passado, como sugere uma entrevistada que pediu para que conversássemos sobre o assunto longe da casa dela ou uma hora em que o marido não estivesse em casa, e ela conta sobre sua estadia na prisão:

“Não gosto de falar sobre esse assunto, porque me dá vergonha (...), quando entrei na prisão pedi a minha irmã para que ficasse com meus filhos, porque não tinha marido, e para não falar muito de mim, mas meus filhos sabem, só que não falamos sobre isso (...), agora tenho meu marido, estamos juntos há um ano e ele ainda não sabe, sinto vergonha de lhe dizer o que fiz, mas sei que um dia ele vai saber, por agora prefiro não falar e tento me dedicar a ser uma boa dona de casa e boa mãe, voltar para cadeia nunca mais....!” (entrevistada-8).

Essas entrevistas mostraram que são várias as razões que levam as mulheres que passaram pelo processo de ressocialização da cadeia feminina de Ndlevela, não enveredar pelo caminho da reincidência, e sim procurar mudanças para sua vida. Elas reconhecem o

trabalho da instituição prisional com vista a ressocializar as mulheres em conflito com a lei, pese embora achem que podia se se fazer algo melhor.

“Minha filha..., eu tive a sorte de fazer o nível superior, fui presa por erro que cometi e não gosto de falar..., la aprende-se muita coisa não posso negar, mas devia ter mais inovações, podia-se melhorar mais, porque muita coisa que la se aprende, as pessoas depois não exercem, porque boa parte não da dinheiro...!” (entrevistada-3).

Os dados acima apresentados, mostram o carácter total da instituição prisional, nos moldes que Goffman define uma instituição total, sendo um estabelecimento fechado, com regras internas próprias, que atende indivíduos em situações semelhantes em regime de internamento, sobre uma administração rigorosamente formal e baseado no discurso de atendimento aos objectivos institucionais. A cadeia feminina de Ndlevela apresenta essas características, em que os indivíduos em regime de internamento são as reclusas, que lá são ressocializadas com base em regras internas próprias da instituição prisional, a sua situação semelhante é a de conflito com a lei e a administração rigorosamente formal é a equipe de dirigentes e funcionários que regem o cumprimento das regras institucionais.

Aquando de sua estadia na prisão, as mulheres passam a lidar com regras institucionais próprias, como por exemplo, cumprimento dos horários de acordar, fazer os trabalhos diários como limpeza, cozinha e outros afazeres, cumprimento com a contagem do efectivo, cumprimento dos horários das refeições, horários de visitas e de recolha para as celas, obrigatoriedade de frequência as aulas, entre outras regras; esse ambiente de cumprimento de regras exige que elas criem uma espécie de carreira moral de modo a que seu comportamento seja aprovado e elas possam ganhar a sua liberdade, mas nisso elas vão passar por um processo de mortificação do seu “eu” anterior à sua entrada na prisão, e conseqüente surgimento de um “eu” próprio da instituição, cumpridor de regras estabelecidas, e abertura de espaço para o surgimento de um novo “eu” posterior a prisão, que irá nortear sua reintegração social.

A pesquisa permitiu perceber que a cadeia feminina de Ndlavela, oferece para as reclusas um ambiente humanizado, que visa separar o indivíduo infractor da sociedade mais ampla, não apenas para que ela pague sua dívida para com a sociedade, mas também dar-lhe uma oportunidade de aprender a respeitar regras estabelecidas na sociedade, bem como aprender a desenvolver actividades rentáveis, para resgatar sua dignidade no seu grupo social, ajudando dessa forma na transformação da personalidade do indivíduo (mortificação do “eu” anterior). Na humanização do processo em causa, entra o facto fornecer serviço de saúde gratuito com direito ao acompanhamento psicológico, bem como o atendimento jurídico gratuito que é garantido pelo IPAJ. Esses factores fazem com que esse processo torne-se satisfatório, na medida que não está apenas para punir, mas, para reencaminhá-las, reeducá-las para melhor viver em sociedade, dando-lhes a oportunidade de saírem com profissões definidas, para melhor reintegrarem-se no seio familiar e no mercado laboral.

Foi possível também perceber que, o processo de ressocialização levado a cabo na instituição prisional torna-se satisfatório porque as mulheres após sair da prisão, não encontram muita dificuldade de reinserção no seio familiar bem como no mercado laboral, pois as condições de reinserção social que os reclusos encontram após sair da prisão, a receptividade no seio familiar contribui para a mudança de comportamento dessas mulheres, pois, retornam as suas posições de mulher e mãe com responsabilidades, principalmente no que diz respeito aos seus filhos. O constrangimento de serem vistas como mulheres que já estiveram em conflito com a lei, que já estiveram presas, dá a essas mulheres uma vontade de mudar sua trajetória, traçar um novo caminho, e resgatar seu papel de mãe.

Esse ponto leva confirmar a segunda hipótese segundo a qual, os baixos níveis de reincidência que se verificam na cadeia feminina de Ndlavela explicam-se pela reintegração social no seio familiar e no mercado laboral, que acontece com poucas dificuldades, pois elas são unânimes em afirmar que tiveram uma boa receptividade pelos familiares, e conseguem desenvolver actividades rentáveis para o seu sustento.

Sendo assim, pode-se afirmar que a com o processo ressocializador que as mulheres vivenciam na prisão, encontram condições de mudar sua personalidade, o que Goffman chama de mortificação do “eu”, com base nas regras internas, ensinando a elas a necessidade de cumprir regras estabelecidas na instituição total em causa, de modo a que possam saber lidar com regras estabelecidas na sociedade, para tal, as mulheres constroem uma carreira moral que passa pelo cumprimento de regras, daí que, maior parte sai em liberdade condicional, por bom comportamento; nessa carreira moral elas acabam reflectindo sobre suas acções e sobre sua posição e papel sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intento deste estudo, foi buscar compreender o processo de ressocialização das reclusas da penitenciária especial de mulheres (cadeia feminina de Ndlavela), tentando perceber o que a instituição faz pelas reclusas de modo a garantir que elas, saiam da prisão com novas perspectivas, de modo a não reincidir no mundo do crime; ou seja, perceber o papel que a prisão desempenha para a regeneração das mulheres em conflito com a lei, de modo a que estas possam pagar a sua dívida com a sociedade, mas também mostrar que elas não estão sendo rejeitadas pela sociedade, mas sim tendo uma oportunidade de aprender novas formas de ganhar a vida, e traçar um novo caminho de modo a tornar-se útil para a sociedade.

Nesses termos é que o presente trabalho, teve como principal objectivo compreender os factores internos e externos que contribuem para os baixos níveis de reincidência; para o alcance desse objectivo foi necessário responder aos objectivos específicos que foram identificar e descrever as actividades levadas à cabo pela instituição prisional nesse processo; e, descrever as actividades ou profissões realizadas actualmente pelas ex-reclusas, e relacionar com as actividades aprendidas no interior da prisão. Para tal, apesquisa começou com visitas à cadeia feminina, bem como entender o processo de reintegração social das ex-reclusas. Onde foi possível descrever o processo com base nas actividades executadas, foi possível observar *in loco*, a execução de tais actividades pelas reclusas, e mais do que observar a execução de actividades também pôde-se observar o ambiente em que tudo ocorre, que pode-se dizer que é um ambiente amistoso, e com pouca formalidade, demonstrando uma certa harmonia e amizade entre as reclusas e entre elas e os funcionarios, mas sem desordem.

Ainda no que se refere a metodologia, este trabalho este inserido na abordagem qualitativa onde fez-se o uso da técnica de entrevista semiestruturada, que permitiu partir de algumas questões pré-definidas, conversar com as ex-reclusas que aceitaram participar da pesquisa, e durante a conversa foi-se formulando novas questões, e abrir espaço para que elas se sentissem à vontade para falar sobre o assunto sem se prender às perguntas.

Há que salientar que com base nas técnicas utilizadas foi possível responder aos objectivos traçados na pesquisa.

O assunto de processo de ressocialização de reclusos não é novo, e já foi abordado por vários autores, aquando da revisão de literatura, foi possível verificar que os autores que abordam esta temática tendem a olhar para a prisão de forma negativa, afirmando que ela não responde ou não cumpre com seu papel de reeducar o indivíduo, para depois devolvê-lo à sociedade com uma nova conduta, dentro das regras e normas estabelecidas.

Olhando para a prisão como afirma Giddens (2008), como “universidades do crime”, onde o indivíduo entra em contacto com indivíduos experientes na arena criminal, dos quais eles aprendem novas técnicas de cometimento de crime; entretanto esta pesquisa possibilitou mostrar que na cadeia feminina de Ndlavela a realidade é diferente, pois o que se verifica é que as mulheres passam sim por uma mudança de comportamento o que contribui para os baixos níveis de reincidência criminal nesta, instituição isso sem querer generalizar os resultados da pesquisa, essa trata-se da realidade da cadeia feminina de Ndlavela, respeitando realidades de outras prisões.

Este estudo não visou simplesmente contrariar a literatura e sim, buscar dados empíricos que confirmassem ou rejeitassem o que é trazido pela literatura, mas foi possível verificar que o que a literatura diz não se aplica à realidade da cadeia feminina de Ndlavela.

O caso da cadeia feminina de Ndlavela, traduz na pratica o que os autores Gomes et al (2003) e Foucault (1999), pensam que deve-se fazer para uma melhor reabilitação social de reclusos dentro de uma prisão, falam do trabalho na instituição prisional, que com estas actividades orienta-se o preso não apenas a mudar de comportamento, mas também a ter alternativas laborais, apos sair da prisão e assim evitar a reincidência.

BIBLIOGRAFIA

BARATTA, Alessandro (2004). *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “integração social” do sentenciado*. Universidade de Saarland, R.F.A.

CANO, Ignacio (2012). *Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil*. Sociologias. Porto Alegre. Ano 14. N 31. Pp.94-119.

CUNHA, Manuela Da (s/d). *A prisão feminina como “ilha de lesbos” e “escola do crime”*: discursos, representações, práticas.

DEMO, Pedro (2000). *Metodologias do conhecimento científico*. Atlas. São Paulo.

EUSEBIO, Albino Jose (s/d). *Reincidência e Reincidente criminais em Moçambique: o caso da cadeia provincial de Inhambane*. UFPA.

FRANCO, Alberto Silva (1995). *Código Penal e sua interpretação jurisprudencial*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GIDDENS, Anthony (2008). *Sociologia: Crime e Desvio, as prisões serão uma resposta adequada ao crime?* Editora Fundação Calouste Gulbenkian. 6ª ed. Lisboa. Pp.239-240.

GIL, António Carlos (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa social*. Atlas. São Paulo. 3ª ed.

GIL, António Carlos (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa social*. Atlas. São Paulo. 5ª ed.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Principia. Portugal. 1 edição.

GOFFMAN, Erving (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Morreira Leite. 7 edição. São Paulo: editora perspectiva.

GOMES, Conceição et al (2003). *Crimes, Penas e Reinserção Social: um olhar sobre o caso português*.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes (2010). *O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, nº 45, pp. 559-596.

LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina (2006). *Metodologia de trabalho científico*. 7ª ed. São paulo. Editira Atlas.

MACAMO, Elísio (2004). “*Ler Mocambique Sociologicamente*” In *A Leitura Sociologica: Um manual introdutorio*. Imprensa Universitaria. Maputo. Pp.7-25.

MOREYRA, V. (2003). *Dança e Ludicidade*. Sprint Magazine.

MARINO, Juan Mário Fandino (2002). “*Análise comparativa dos efeitos da base socioeconómica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal*”. Sociologias, nº 8, pp. 220-244.

RIZZINI, Irma et al (2004). *Pesquisando: guia de metodologia para programas sociais*. Editora Universitária Santa Úrsula. Rio de Janeiro.

ROCHA, Aline (s/d). *A ineficácia do propósito ressocializante e o processo de privatização das prisões*. UNIFACS.

SÁ, Geraldo Ribeiro De (2008). *Cidadania, prisão e sociedade civil*. Brasília.

SANTOS, Maria A. M (2010). *A ressocialização do preso no Brasil e as suas consequências para a sociedade*. Uni-bh.

SANTOS, Maria dos (s/d). *a ressocializacao do preso no Brasil e suas consequencias para a sociedade*. RCDCJPG. Uni-bh.

SANTOS, Marcela dos & VELÁSQUEZ, Vanessa (2014). *A precarização da educação no sistema penitenciário brasileiro sob o prisma da ressocialização dos presos*. NIP. Brasília.

SERRA, Carlos (1996). *Combates pela mentalidade sociológica*. Imprensa Universitária, UEM. 2 edição.

SILVA, José De Ribamar Da (2003). *Ressocializar para não reincidir*. Curitiba.

SILVA, E. & MENEZES, E. (2001). *Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3ª ed. São Paulo.

ANEXO

Guião de entrevistas

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Curso de Sociologia

Dados demográficos

1. Idade?
2. Morada?
3. Estado civil?
4. Nivel de escolaridade?

Processo de ressocialização

1. Com quantos anos entrou na prisão?
2. Quanto tempo ficou?
3. Saiu em liberdade efectiva ou em liberdade condicional?

Alternativa: saiu por ter cumprido a sua pena na totalidade ou por bom comportamento?

4. Como foi recebida pelos seus familiares, amigos e vizinhos quando saiu da cadeia?
5. Que profissão exerce agora?

Alternativa: o que faz para ganhar a vida agora?

6. Aprendeu esse ofício na prisão ou fora?

Alternativa: aprendeu a fazer essa actividade na prisão ou não?

Diversos

1. Gostaria de acrescentar algum dado/alguma informação que considere pertinente?

Alternativa: gostaria de dar mais alguma informação que considere importante?

2. Tem alguma pergunta/questão que gostaria de fazer/colocar?

Muito obrigado pela disponibilidade e paciência

NB: A instituição prisional onde se fez o estudo, ostenta hoje o nome oficial de penitenciária especial de mulheres, mas continua sendo tratada como cadeia feminina de Ndlavela.